

A economia solidária fortalecendo a política de assistência social de Volta Redonda via extensão universitária

Autores: Gilvane Maza Ribeiro (SMAC)
Lígia Graciete Soares da Silva (UFF)
Luís Henrique Abegão (UFF)

Resumo

Este trabalho visa discutir o horizonte da economia solidária na geração de trabalho e renda, a partir de uma experiência no município de Volta Redonda-RJ, fruto da parceria da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) com a Universidade Federal Fluminense (UFF). Com base nas transformações econômicas ocorridas no Brasil, nos anos 1990, analisa-se a emergência de empreendimentos populares solidários como alternativa ao tímido crescimento econômico do país, refletido no encolhimento do mercado de trabalho e na queda da renda per capita do brasileiro. Analogamente, procura-se enfatizar a necessária e potencialmente bem sucedida parceria universidade-sociedade-poder público na construção e fortalecimento de tais experiências. Em particular, apresenta-se o trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito da parceria SMAC-UFF e discutem-se as dificuldades e as perspectivas desta iniciativa.

Palavras-chave: Economia Solidária; Extensão Universitária; Política de Assistência Social.

1. Introdução

Por consideráveis décadas do século XX as economias industriais atrelaram o desenvolvimento econômico ao crescimento do produto interno, cujo aumento funcionaria como uma panacéia pronta a resolver todos os problemas, inclusive as mazelas da pobreza. Em maior ou menor grau, países latino-americanos e africanos procuraram seguir à risca o modelo de desenvolvimento baseado em critérios quantitativos associados fatores como indústria, capital e tecnologia.

A experiência brasileira tornou notório quão aquém das reais necessidades da população ficaram os resultados obtidos pela aplicação fiel do receituário desenvolvimentista. Após 1960, já uma economia industrial, o Brasil passa a confrontar-se com uma realidade dicotômica: uma economia geradora de considerável produto, porém com uma significativa parcela excluída dos frutos do desenvolvimento. O aumento da riqueza não atingiu a sociedade como um todo, ao contrário, os períodos em que o país experimentou os mais substanciais índices de crescimento econômico (notadamente a segunda metade da década de 1950 e o início dos anos 1970) coincidem com os maiores níveis de desigualdade de renda até então observados (BRUM, 2005).

Os anos 1980 – quando fracassou o controle da inflação – pouco contribuíram para o aumento da atividade econômica, menos ainda para uma política redistributiva. Os acontecimentos desencadeados pelos mecanismos de reajuste do salário mínimo minaram as possibilidades de duradouras melhorias reais de renda dos trabalhadores. Os cinematográficos confiscos de gado, as ativas “fiscais do Sarney” e o esvaziamento de gôndolas de supermercados são marcas do período. Sem esquecer as miraculosas aplicações financeiras que rendiam vultosas somas em curtíssimo tempo (GREMAUD, VASCONSELLOS & TONETO JR., 2004).

A década seguinte herdou uma inflação crônica, cujo combate respaldou-se no discurso

neoliberal de que a política econômica para uma economia estável requeria controle da inflação, estabilidade monetária e equilíbrio das contas públicas. O Estado brasileiro adotou políticas de austeridade fiscal, abertura econômica, atração de capital externo, elevação de juros e da carga tributária e privatizações (FIORI, 1994).

Pois bem, o exitoso programa de estabilização derrotou a inflação, mas gerou um pífio crescimento econômico e elevou o desemprego, a precarização do trabalho e as desigualdades sociais. Também encolheu a participação do Estado na economia e reduziu seus gastos, notadamente na área social. Juntamente com o enfraquecimento do já frágil sistema de proteção social brasileiro, a década de 1990 fez também emergir os movimentos sociais organizados por temática, ao invés dos representativos movimentos classistas dos anos anteriores. Fortaleceram-se também organizações da sociedade civil que passaram, em muitos casos, a funcionar como supridoras de demandas sociais não atendidas pelo Estado (BACELAR, 1996).

Nesse contexto, propagaram-se iniciativas populares para geração de trabalho e renda. Tais experiências, dadas a singularidade de organização e gestão, têm compreendido um contexto mais amplo e complexo, funcionando não só como alternativa ao desemprego como também ao combate à exclusão social, e exercendo, ainda, um importante papel de crítica aos cânones da economia de mercado. Assim, esses empreendimentos sociais assumem contornos e princípios da economia solidária e vêm assumindo presença significativa nas esferas socioeconômica e política, requerendo ações para seu fortalecimento e difusão.

Se é notória a propagação de movimentos de economia solidária, é também fato a existência de dificuldades que ameaçam a sustentabilidade dos mesmos e expõe sua natureza vulnerável. Eles enfrentam problemas desde a formalização do empreendimento até a comercialização de seus produtos. Têm acesso restrito a crédito e a autogestão é dificultada pela precária capacitação gerencial. Aqui, a universidade tem um espaço profuso para o exercício da extensão universitária, visto que os saberes e práticas que desenvolve podem ser aplicados na busca de soluções para a problemática dos grupos solidários. De modo similar, o incremento dessas experiências requer o envolvimento da esfera pública, apoiando e subsidiando os grupos pela via de políticas públicas dinâmicas, próximas à realidade de seus beneficiários e estruturadas para que estes assumam um papel ativo no processo, dirimindo o caráter assistencialista que historicamente as políticas sociais assumiram.

A seguir, discutem-se extensão universitária, economia solidária e políticas sociais, para se analisar, a luz de tais idéias, a experiência foco do trabalho.

2. A economia solidária na perspectiva da extensão universitária

A existência de iniciativas associativas e cooperativas, não raro, está associada ao surgimento da economia de mercado. Algumas das primeiras experiências engendraram-se no bojo da revolução industrial inglesa, no século XIX. Contudo, os princípios da economia solidária, que se estabeleceram desde então, não se constituem apenas alternativas de organização econômica, eles propõem a crítica ao caráter eminentemente desigual do sistema econômico vigente. Um dos pilares dessas organizações é, portanto, a proposta de outra lógica, que não a do lucro – a lógica da coletividade, da cooperação solidária, do bem comum, da justiça social (SINGER, 2002).

No Brasil, a multiplicação de grupos solidários surge em condições similares: a compressão do emprego e da renda na década de 1990. Surgem, nesse contexto, como resposta ao processo de concentração econômica e de exclusão social. Mas, o caráter diferencial dos empreendimentos não lhes garante um nicho privilegiado, eles têm que se organizar, produzir e comercializar no mercado. Então, avolumam-se também as suas dificuldades: o surgimento

em um cenário de vulnerabilidade, o escasso domínio de habilidades gerenciais, o desafio das relações interpessoais e da tomada de decisão de forma coletiva, os empecilhos econômicos, legais, institucionais que se impõem a organizações de pequeno porte etc. Justamente a não existência de um mercado paralelo, adaptado às especificidades dos empreendimentos econômicos solidários, aliada às diretrizes da solidariedade e da gestão coletiva, demandam o melhor conhecimento do perfil destas iniciativas, com o propósito de fortalecê-las.

A economia solidária, desde o seu surgimento no Brasil, vem sendo amparada, se não por políticas públicas efetivas, por iniciativas de instituições e órgãos públicos, bem como por organismos não governamentais de caráter público. Vale destacar aqui a atuação das universidades públicas nesse processo, mais especificamente por meio da criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP, que passam a oferecer um suporte, não apenas de caráter pontual, à consolidação das iniciativas de economia solidária. Todavia, é com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003, que começam a delinear-se as diretrizes de uma política pública de fomento aos empreendimentos solidários de maior vulto.

Para subsidiar sua atuação, a SENAES mapeou, em 2005, os empreendimentos de economia solidária no Brasil. Nos mais de dois mil municípios estudados, encontrou 14.954 empreendimentos, sendo 721 localizados no Estado do Rio de Janeiro. Os dados são bastante reveladores sobre a situação dos grupos fluminenses:

- Quase 60% dos grupos são informais e a maioria surgiu a partir dos anos 1990 (87,2%);
- A alternativa ao desemprego constitui-se o principal motivo de criação dos empreendimentos (38,7%);
- Mais de 60% dos grupos enfrentam dificuldades na comercialização dos seus produtos;
- Embora uma parcela significativa dos grupos (67,4%) afirme a necessidade de crédito, 52,7% não o buscou e apenas 8% dos grupos obtiveram-no;
- 46% dos grupos não realizaram qualquer planejamento econômico;
- A maioria (54,9%) faz divulgação dos seus produtos somente no “boca a boca”.

Tais informações descortinam um horizonte profícuo para a atuação da universidade brasileira, que tem buscado aproximar-se da comunidade, sair do nível exclusivo das idéias e atuar na práxis por uma realidade mais condizente com os interesses sociais.

Como espaço privilegiado de reflexão e crítica, reconhecido pela sociedade, a universidade, sobretudo no contexto brasileiro, deve dar ênfase à análise dos problemas sociais advindos da dissociação entre os objetivos vislumbrados e perseguidos pelo desenvolvimento econômico e as exigências necessárias à promoção de um desenvolvimento social efetivo e sustentável.

Para tal, deve considerar o saber/fazer que se estrutura nos diferentes espaços sociais fora da universidade como o ponto de partida para a construção de um saber acadêmico que possa suscitar um fazer – seja por parte da própria universidade como pelo poder público ou outros agentes sociais – que contribua para a maior efetividade das intervenções voltadas para a melhoria das condições sociais, em especial daqueles que se encontram numa situação de vulnerabilidade social.

Um exemplo concreto de atuação socialmente responsável, neste sentido, é a contribuição da universidade na reorientação, aperfeiçoamento ou consolidação de políticas públicas, partindo da avaliação e análise crítica dos programas e projetos vigentes, e desembocando na proposição de uma práxis de intervenção social orientada para o desenvolvimento humano, e alicerçada pela reflexão acadêmica sobre os problemas sociais contemporâneos.

No entanto, para que essa atuação observe o imperativo ético da responsabilidade, que implica

em empenhar-se por compreender o que é tido como bem para aqueles que sofrem os efeitos das desigualdades geradas pelo modelo de desenvolvimento vigente, pressupõe-se uma predisposição da universidade em estabelecer um diálogo verdadeiro com a sociedade, o que sugere, por sua vez, uma abertura à participação da sociedade nos debates acadêmicos sobre as questões sociais.

Dentre as atividades precípuas da universidade, a extensão delinea-se como aquela que possibilita uma compreensão e uma reflexão sobre a realidade social aliadas à promoção de ações de interesse social, ao reunir e acolher sujeitos sociais diversos em atividades educacionais, culturais, científicas ou de prestação de serviços, realizadas no próprio espaço universitário ou fora dele.

Neste sentido, a extensão universitária é capaz de promover atividades geradoras de diálogo entre o pensar acadêmico e as experiências e saberes advindos dos contextos sociais mais diversos. Este diálogo entre a universidade e a sociedade viabiliza a produção de conhecimentos acadêmicos mais afinados com os problemas sociais concretos, os quais podem traduzir-se em uma práxis orientadora das intervenções sociais.

De forma privilegiada, portanto, a extensão universitária configura-se como uma via de mão dupla: ao direcionar à sociedade atividades extracurriculares, propicia a docentes, discentes e pesquisadores um aprendizado concreto sobre os mais variados contextos sociais, que uma vez sistematizado em conhecimento acadêmico, a partir da reflexão teórica articulada pelas atividades de ensino e pesquisa, retorna à sociedade na forma de novas ações de extensão ou em diretrizes para a promoção do desenvolvimento social.

Como nos diz Hennington (2005), “os programas de extensão universitária desvelam a importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade, consolidando-se através da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população, pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem a partir de práticas cotidianas coadunadas com o ensino e pesquisa e, especialmente, pelo fato de propiciar o confronto da teoria com o mundo real de necessidades e desejos”.

As ações de extensão universitária que se propõem a pensar e agir no âmbito da economia solidária têm a possibilidade de estabelecer um diálogo profícuo com grupos socialmente mais vulneráveis. Quando esse diálogo se estabelece tendo-se como cenário uma política pública, amplia-se a probabilidade de resultados efetivos, isto é, a possibilidade de consolidação dos empreendimentos solidários apoiados pelas ações de extensão universitária. Para tal, a parceria universidade-poder público torna-se imperativa, possibilitando, por um lado, o acesso facilitado aos potenciais grupos solidários e, por outro, a discussão da política pública com a perspectiva de fortalecimento da mesma.

3. A economia solidária como política da assistência social em Volta Redonda

A criação do município de Volta Redonda foi regulamentada pela Lei 2.185/54, tendo seus limites definidos por meio dos documentos estaduais: Leis 1.242/44 e 2.435/55 e Decretos 7.264/84 e 9285/86. Está situado ao sul do Estado do Rio de Janeiro, no médio vale do Rio Paraíba do Sul, entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, com uma área territorial de 182,8 km², e faz limite com os municípios de Barra Mansa, Rio Claro, Pirai, Pinheiral, Barra do Pirai. A cidade tem, hoje, aproximadamente, 290 mil habitantes.

O surgimento do município de Volta Redonda está vinculado à implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a partir de 1941, que marcaria o início da indústria de base no Brasil (BEDÊ, 2004).

O desemprego e a falta de qualificação profissional sempre estiveram presentes no cenário industrial brasileiro, criando assim um número significativo de pobres, sobretudo na área urbana, que passam a depender de paliativos para sua manutenção e sobrevivência. Em Volta Redonda não foi e não é diferente, pois a implantação da CSN não representou oportunidade de emprego para todos que aqui se estabeleceram, gerando assim uma população que sempre demandou atendimento assistencial. Essa necessidade fez surgir entidades destinadas a amenizar o conjunto das expressões da questão social gerada no município e, posteriormente, um setor municipal que fosse capaz de organizar os atendimentos nessa área.

O primeiro movimento nesse sentido aconteceu em 1968, quando a Prefeitura Municipal de Volta Redonda contratou duas assistentes sociais para que iniciassem o trabalho de atendimento assistencial, tendo sido criada dentro do Pronto Socorro Municipal a Divisão de Serviço Social, que era, então, chefiada por um médico.

Já no ano de 1990, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, cria-se a Coordenadoria de Assistência e Previdência Social – CAPS e o Fundo de Assistência e Previdência Social – FAPS, acarretando na implantação do Serviço Social, respaldado por uma equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, terapeuta ocupacional, pediatra, clínico etc.). Em 30 de Outubro do mesmo ano, outorga-se a Lei nº 2573, que cria a Secretaria Municipal de Ação Comunitária – SMAC, a qual deixa de ser uma coordenadoria dentro da Secretaria de Saúde.

Em 2005, tem início no município de Volta Redonda a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que tem por objetivo organizar a implementação da Política Nacional de Assistência Social, como cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, em dezembro de 2003, que afirmam o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social em concretizar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A Política Nacional de Assistência Social tem como centralidade a família, por entender que, ao longo do tempo, a família vem sofrendo uma transformação em consequência, sobretudo, da ordem neoliberal, que reestrutura o mercado de trabalho, impossibilitando a muitos representantes de famílias menos favorecidas de provê-las adequadamente.

Para concretizar os seus objetivos, a Secretaria Municipal de Ação Comunitária está estruturada da seguinte forma: Gabinete do Secretário; Assessorias de Planejamento e Informação e de Monitoramento e Avaliação; Departamento de Proteção Básica – DPB; Departamento de Proteção Social Especial – DPES; Departamento Geral Administrativo – DGA; Departamento de Manutenção, Obras e Veículos – DMOV; e Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

As atividades-fim da SMAC estão organizadas segundo dois programas. O Programa de Proteção Social Básica, cuja ação prioritária configura-se no Programa de Atenção Integral à Família – PAIF e cuja “porta de entrada” são os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Para tal, o município foi dividido em seis regionais, funcionando em cada uma delas um CRAS com uma equipe composta de técnicos e auxiliares administrativos, tendo ainda cada regional uma média de 3 a 4 Centros de Atividades Múltiplas – CAM, totalizando 24 unidades de atendimento à população de Volta Redonda.

Nos CAM funcionam oficinas com atividades que vão desde o aprendizado de corte de cabelo, costura, eletricitista, artesanato, manicura, bijuteria, bordado, customização até atividades para crianças, como capoeira e dança, e atividades para a terceira idade.

O Programa Social de Proteção Especial é a outra vertente de atuação da SMAC, tendo sob

sua responsabilidade as seguintes unidades: Centro de Atendimento à Pessoa Idosa – CAPI; Centro de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência – CAPD; Centro de Atendimento à População em Situação de Rua – CAPSR; Centro de Atendimento contra a violência à Criança, ao Adolescente e à Mulher – CAVCAM; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Centro de Inclusão Produtiva – CIP

O CIP foi criado em 2003, com a perspectiva de fomentar a economia solidária em Volta Redonda, por meio da formação de grupos, associações ou cooperativas. O objetivo do CIP é, portanto, o de desenvolver ações de informação, capacitação e assessoria voltadas especialmente para organização de grupos de economia solidária orientados para a sustentabilidade, como uma possibilidade efetiva de inclusão produtiva de usuários da política de assistência social. Com isso, pretende-se contribuir para a melhoria de vida da população de baixa renda e, conseqüentemente, para o crescimento da economia local.

Como resultado da integração das duas vertentes – proteção social básica e especial – de atuação da SMAC, os usuários do CIP são, geralmente, oriundos das oficinas que ocorrem nos CAM, ou seja, são aquelas pessoas que demonstram interesse em desenvolver trabalhos para geração de renda e com potencialidade para formação de grupos de economia solidária.

O CIP abarca oficinas de qualificação e/ou formação sócio-profissional para o desenvolvimento de habilidades pessoais e de trabalho em grupo, voltadas para geração de trabalho e renda. As oficinas atualmente em funcionamento são: artesanato, bordado, corte e costura, customização e culinária.

Todas as oficinas ocorrem por um período de seis meses, sendo que a produção de material das mesmas é comercializada em um espaço privilegiado, mantido pela SMAC: um quiosque no Mercado Popular, localizado num bairro de expressivo movimento comercial de Volta Redonda. O CIP conta com uma parceria com a Universidade Federal Fluminense – UFF, por meio do programa de extensão em economia solidária vinculado ao Departamento de Administração da Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, que tem como objetivo capacitar, orientar e assessorar os grupos de economia solidária em formação.

4. A extensão universitária fomentando a economia solidária em volta Redonda

A aproximação de professores do Departamento de Administração da UFF com a SMAC aconteceu em meados de 2007, quando lhes foi apresentada a proposta de constituição de grupos de economia solidária como resultando do processo de formação sócio-profissional realizado pelo CIP. Naquele momento, havia um primeiro grupo de artesãs já qualificado e com a perspectiva de comercialização de sua produção via quiosque no Mercado Popular, o qual foi inaugurado em outubro daquele ano.

O trabalho de assessoria iniciou-se, ainda de modo experimental, em 2007, com o grupo das artesãs, procurando orientá-las para o processo de comercialização no quiosque. Esse primeiro contato com a estrutura da SMAC e com o grupo das artesãs foi de fundamental importância para a concepção de um programa estruturado de formação e assessoria a grupos de economia solidária. No final de 2007 o projeto de extensão em economia solidária foi registrado junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFF e o convênio entre UFF e SMAC foi formalizado.

Atualmente, dois grupos encontram-se em formação, sendo o mais antigo constituído pelas artesãs que já comercializam sua produção no Mercado Popular e por artesãs ainda em formação no CIP. O grupo mais novo reúne pessoas que ainda estão em formação no CIP, nas áreas de corte e costura, bordado e customização.

A proposta de trabalho com os grupos de economia solidária em formação está alicerçada nos princípios da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1996) e se utiliza, amplamente, de metodologias

participativas de condução de trabalho em grupo, assim como de jogos estruturados direcionados para a formação de habilidades empreendedoras e visão de negócio.

Os encontros acontecem quinzenalmente e de forma intercalada com os dois grupos, sempre nas dependências da própria SMAC. Cada encontro constitui-se numa oficina, que procura trabalhar um aspecto específico do trabalho num empreendimento de economia solidária.

Em linhas gerais, as oficinas abordam os seguintes aspectos:

- Nivelamento de expectativas com relação ao trabalho coletivo, buscando identificar as perspectivas de produção em comum reveladas pelo próprio grupo;
- Noções de economia solidária, sobretudo fazendo uma diferenciação entre a organização em cooperativa ou associação;
- Consciência e organização do trabalho coletivo e autogestionário, procurando trabalhar questões relacionadas ao compromisso e à responsabilidade individuais para o bom desenvolvimento do trabalho em grupo;
- Noções de empreendedorismo e de negócio, com o apoio de jogos estruturados orientados para a formação de pequenos empreendimentos e adaptados para a realidade dos grupos de economia solidária;
- Formulação de plano de negócios, como subsídio para a captação de recursos/financiamentos ou estabelecimento de parcerias estratégicas com fornecedores e distribuidores; e
- Formalização do grupo, ou seja, a sua estruturação e legalização, como resultado final do processo.

Em paralelo às oficinas, os grupos são estimulados a desenvolver atividades prospectivas no ambiente de negócios em que atuam ou irão atuar, com o propósito de formação de uma visão estratégica. Dessa forma, os grupos passam a vislumbrar oportunidades de negócios, a entender melhor o mercado ao qual atendem, a compreender a necessidade de estabelecimento de parcerias estratégicas com fornecedores e distribuidores, a identificar restrições de ordem legal etc.

O programa das oficinas foi pensado para ser executado num prazo de seis meses, com a perspectiva de que ao final o grupo esteja formalizado, com um instrumento apto para capacitação de recursos em mãos e com diretrizes estratégicas para a condução do empreendimento.

4. Considerações finais: desafios e perspectivas

O pouco tempo de trabalho com os grupos – considerando que o programa estruturado de formação em economia solidária no âmbito da SMAC começou a ser implementado este ano – já revelou alguns desafios.

O primeiro desafio está relacionado à necessidade de desconstrução de uma visão generalizada a respeito da proposta de trabalho, que é identificada pela maioria como sendo apenas um processo de capacitação em economia solidária. De início, a idéia da constituição formal de um grupo como decorrência direta do processo não fica clara para a maioria das pessoas. Isso acaba implicando em certa falta de compromisso e de envolvimento com o trabalho que está sendo desenvolvido, comprometendo a execução do programa. Uma abordagem individualizada no início do processo está sendo buscada como forma de se contornar tal dificuldade, já que apenas a explicitação da proposta de trabalho para o grupo não tem se mostrado suficiente.

Outro desafio se mostra, especificamente no caso do grupo do artesanato, na integração das artesãs ainda em formação no CIP com as artesãs que expõem no quiosque desde o princípio.

As dificuldades estão relacionadas, por um lado, às limitações que as artesãs em formação encontram na produção de suas peças, já que não podem garantir um fornecimento regular por depender das condições materiais disponibilizadas pelo CIP, e, por outro lado, ao acabamento e diversidade das peças produzidas, na medida em que elas ainda não dominam por completo as técnicas. Vislumbra-se como solução para tal dificuldade a maior integração entre as artesãs, sobretudo na execução de produtos sob encomenda e em escala que têm sido demandados por clientes do quiosque.

Ainda relacionado ao grupo do artesanato, um desafio que está sendo enfrentado atualmente diz respeito à gestão do quiosque. No decorrer das oficinas ficou patente que questões dessa ordem estavam atrapalhando a condução dos trabalhos, como a preocupação com a organização da agenda de trabalho das artesãs no quiosque, a organização e apresentação das peças no quiosque, o fornecimento regular de peças pelas artesãs, a falta de uma referência comum para uma política de precificação e de descontos, dentre outras. A solução que está sendo trabalhada é no sentido de dar às artesãs maior autonomia na gestão do quiosque, que até então estava sendo conduzida pelo CIP. A proposta é transformar o quiosque num “laboratório” para o desenvolvimento de competências de gestão e de visão de negócio das artesãs, envolvendo também nesse processo as artesãs em formação no CIP.

Para mencionar um desafio apresentado logo nas primeiras reuniões pelo grupo mais novo formado por alunas do CIP ligadas aos cursos de corte e costura, bordado e customização, destaca-se a maturidade do grupo em apresentar e a ansiedade em ver respondidas as questões-chave para a concretização de um empreendimento solidário, como o questionamento sobre a perspectiva de financiamento para aquisição de equipamento, as dúvidas quanto à real potencialidade de escoamento da produção, a preocupação com a estrutura e a organização do trabalho coletivo, para citar apenas algumas. A dificuldade nesse caso está em mostrar que tais questões serão respondidas ao longo do processo, sem com isso causar uma desmotivação no grupo.

O trabalho com os dois primeiros grupos está em processo e precisa ser ainda consolidado. Do mesmo modo, a metodologia proposta vem sofrendo adaptações no decorrer do processo para melhor atender aos anseios dos grupos. No entanto, é possível vislumbrar em perspectiva a constituição, no médio prazo, dos dois primeiros grupos e, no longo prazo, a formação de novos grupos, buscando pela integração entre eles, de forma que se possa sair do cenário de grupos solidários isolados para o de uma rede que se constitua em uma experiência concreta de economia solidária em Volta Redonda.

Referências

- BACELAR**, T., 1996. *As Políticas Públicas no Brasil*. In: Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE. Movimentos sociais e políticas públicas. Salvador: CESE, p. 11-27.
- BEDÊ**, W. A., 2004. *Era Vargas 1941-1964: história social*. Volta Redonda: Secretaria Municipal de Cultura – SMC/Prefeitura Municipal de Volta Redonda.
- BRUM**, A. J., 2005. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 24a ed. Petrópolis: Vozes.
- FIORI**, J. L., 1994. *Os Moedeiros Falsos*. Folha de São Paulo, Caderno Mais! 03 jul. 1994.
- GREMAUD**, A. P.; **VASCONSELLOS**, M. A. S.; **TONETO JR.**, R., 2004. *Economia Brasileira Contemporânea*. 5a ed. São Paulo: Atlas.
- HENNINGTON**, E. A., 2005. *Acolhimento como Prática Interdisciplinar num Programa de Extensão Universitária*. In: Caderno de Saúde Pública, vol. 21, n. 1, p. 256-265, Jan./Feb. 2005. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.
- RIBEIRO**, G. M., 2006. *A Implantação da Política Nacional de Assistência Social no Município de Volta*

Redonda: do planejamento à execução. Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: UniFOA.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES.

SINGER, P., 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: P. Abramo.

THIOLLENT, M., 1996. *Metodologia de Pesquisa Ação*. 7a ed. (1985 – 1ª ed.) São Paulo: Cortez Editora.